



463

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001081-39.2010.8.17.0210 (0298422-9)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTES: LINDOMAR DE CARVALHO MORAIS E OUTRO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (ARTIGO 121, § 2º, II E IV, DO CÓDIGO PENAL) E DUAS TENTATIVAS DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, II, C/C ARTS. 14, 29 E 69, TODOS DO CÓDIGO PENAL). TRIBUNAL DO JÚRI. NÃO ACOLHIMENTO DAS TESES DEFENSIVAS. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ACOLHIMENTO DA TESE ACUSATÓRIA QUE SE REVELOU MAIS VEROSSÍMEL. SOBERANIA DO VEREDICTO POPULAR. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENOU OS APELANTES. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A cassação do veredicto do Tribunal do Júri, com base no artigo 593, III, "d", do CPP, somente pode ocorrer quando a decisão for completamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando não houver qualquer elemento de convicção nos autos capaz de embasá-la, o que não ocorre na espécie.
2. Dessa forma, tendo o Conselho de Sentença decidido em consonância com a prova dos autos, inexistente motivo para a submissão dos acusados a novo julgamento.



464

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0298422-9 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça em negar provimento ao apelo, tudo nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 27 de maio de 2014.



DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001081-39.2010.8.17.0210 (0298422-9)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTES: LINDOMAR DE CARVALHO MORAIS E OUTRO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **Lindomar de Carvalho Moraes e Jaciel José de Lima** contra decisão oriunda do Tribunal do Júri que os condenou, respectivamente, à pena de 23 (vinte e três) anos de reclusão, e à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, a serem cumpridas inicialmente em regime fechado, pela prática das infrações previstas no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal e art. 121, § 2º, II, c/c arts. 14, II, 29 e 69, todos do Código Penal.

Consta na denúncia (fls. 112/113) que no dia 04 de julho de 2010, por volta das 18:30h, na Serra do Marinho, zona rural da cidade de Araripina, os denunciados **Lindomar Carvalho de Moraes**, vulgo "Lindinho", **Jaciel José de Lima**, vulgo "Ciel", e **Dalvan José de Lima**, em união de propósitos e com vontades assassinas, mediante disparos de arma de fogo, ceifaram a vida de **Antônio José Silva Cordeiro**, conhecido como "Tontonho", e tentaram matar as vítimas **Adão da Silva Lima** e **Valdinar José Silva Cordeiro**, não consumando o intento homicida por circunstâncias alheias as suas vontades.

Narra a peça acusatória que as vítimas encontravam-se no Bar do Regi, ingerindo bebida alcoólica, quando iniciaram diversas discussões envolvendo rixas antigas. Tem-se que os denunciados Lindomar e Jaciel deixaram o citado bar, retornando cerca de 20 minutos depois armados, respectivamente, com uma espingarda calibre 44 e um rifle calibre 36. Em meio a uma nova discussão, o denunciado Dalvan instigou os recorrentes dizendo que a vítima fatal "Totonho" era um "moleque de pêia" e que merecia "bala". Ato contínuo, Jaciel efetua um disparo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

450
A

para o alto, assustando todos os presentes, pedindo, em seguida, para Lindomar recarregar a arma, tendo sido atendido por esse. Em seguida, Jaciel aponta a arma para a vítima Valdinar e atira, não a atingindo porque esta conseguiu correr. O acusado Lindomar, por sua vez, aponta sua espingarda 44 para "Totonho" e atira a poucos metros da vítima, fazendo com que a mesma falecesse no local, sendo que esse disparo ainda tingiu a vítima Adão no rosto.

O Juiz de primeiro grau, na sentença (fls. 361/367), baseando-se na decisão proferida em plenário, absolveu o denunciado Dalvan José de Lima, e condenou os ora apelantes. Por sua vez, aplicou aos acusados Lindomar de Carvalho Morais e Jaciel José de Lima, respectivamente, a pena de 23 (vinte e três) anos de reclusão, e a pena de 20 (vinte) anos de reclusão, a serem cumpridas em regime inicial fechado, pela prática das infrações previstas no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal e art. 121, § 2º, II, c/c arts. 14, II, 29 e 69, todos do Código Penal (duas vezes).

A defesa dos acusados, em suas razões recursais (fls. 405/419), pugna pela reforma da sentença, para que os réus sejam submetidos a novo julgamento, por ser a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos. Bem assim, pleiteia que o acusado Jaciel aguarde o trânsito em julgado da sentença condenatória em liberdade.

O representante do *Parquet*, em sede de contrarrazões (fls. 420/432) requer que seja negado provimento ao apelo, para que seja mantida a sentença em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça, em sede de parecer (fls. 443/446), opina pelo não provimento do apelo.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 05 de fevereiro de 2014

Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator

465



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001081-39.2010.8.17.0210 (0298422-9)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTES: LINDOMAR DE CARVALHO MORAIS E OUTRO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de apelação criminal interposta por **Lindomar de Carvalho Moraes** e **Jaciel José de Lima** contra decisão oriunda do Tribunal do Júri que os condenou, respectivamente, à pena de 23 (vinte e três) anos de reclusão, e à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, a serem cumpridas inicialmente em regime fechado, pela prática das infrações previstas no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal e art. 121, § 2º, II, c/c arts. 14, II, 29 e 69, todos do Código Penal.

A defesa dos acusados, em suas razões recursais (fls. 405/419), pugna pela reforma da sentença, para que os réus sejam submetidos a novo julgamento, por ser a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos. Bem assim, pleiteia que o acusado Jaciel aguarde o trânsito em julgado da sentença condenatória em liberdade.

É cediço que a cassação do veredicto do Tribunal do Júri, com base no artigo 593, III, "d", do CPP, somente pode ocorrer quando a decisão for completamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando não houver qualquer elemento de convicção nos autos capaz de embasá-la, o que, seguramente, não ocorre na espécie.

466



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

De fato, da análise do conjunto probatório, tem-se que a materialidade e a autoria delitiva ficaram comprovadas, diante do auto de exame tanatoscópico de fl. 37, da perícia traumatológica de fl. 39, do auto de apresentação e apreensão de fl. 41 e da prova oral coletada.

No caso *sub examine*, há uma versão de prova no sentido de que os recorrentes, agindo por motivo fútil e de modo a impossibilitar a defesa das vítimas, após discussão com estas em um bar, se retiraram do local e retornaram armados, ocasionando o assassinato da vítima Antônio José da Silva Cordeiro e a tentativa de homicídio contra as vítimas Adão da Silva Lima e Valdinar José Silva Cordeiro.

Por sua relevância, colaciono os seguintes trechos de depoimentos, prestados em plenário de julgamento, pelas vítimas Adão e Valdinar, os quais afirmam que os apelantes, após discussão, retornaram armados ao Bar do Régis:

"Que é primo das vítimas Antônio José da Silva Cordeiro, conhecido por 'Totonho', e Valdinar José Silva Cordeiro; Que no dia 04 de julho de 2010 estava com seu primo 'Totonho', que morreu, no bar do Régis; Que chegaram no Bar do Régis por volta de umas 02 (duas) horas da tarde; Que os réus chegaram no Bar do Régis naquela data por volta de umas 05 (cinco) horas da tarde; Que no referido Bar do Régis naquela data, após a chegada dos réus, começou uma discussão entre a vítima 'Totonho' e o réu Jaciel, que é conhecido como 'Ciel', e essa discussão começou porque antes, o réu 'Ciel' havia passado por cima da perna da vítima Valdinar, e, os demais, réus e vítimas por estarem no referido bar se envolveram na referida discussão (...) Que a discussão retromencionada começou com o réu 'Ciel' e a vítima 'Totonho', depois, participaram dessa discussão o seu irmão Humberto e o réu Lindomar, e também, participou da dita discussão tentando separar os envolvidos; Que o réu Lindomar discutiu com Humberto, conhecido por 'Macho'; Que ao final da discussão retromencionada o réu Lindomar saiu do bar do Régis dizendo que ia pegar uma arma, e o réu 'Ciel' também saiu acompanhando o réu Lindomar, porém, estes 2 são intrigados; Que após a saída dos réus Lindomar e 'Ciel', continuou no Bar do Régis acompanhado por 'Totonho' e Valdinar; Que meia hora depois, aproximadamente, os réus Lindomar e 'Ciel' voltaram para o Bar do Régis, e acompanhados do réu 'Dalvan' e também de Erisvan; Que após o retorno dos réus Lindomar e 'Ciel', Erisvan que os acompanhava, foi conversar com a vítima Valdinar, tentando se entenderem, e neste momento o réu Lindomar empurrou a vítima fatal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

'Totonho'; Que saiu de onde estava próximo da vítima Valdinar e foi até a vítima 'Totonho' para tirá-lo tentando evitar a discussão com o réu Lindomar, e quando pegou no braço de 'Totonho' e ele estava se virando para o seu lado, neste exato momento o réu Lindomar atirou; Que o tiro efetuado pelo réu Lindomar atingiu a cabeça da vítima 'Totonho', e este mesmo tiro também lhe atingiu no rosto próximo ao nariz; Que no momento do tiro 'Totonho' estava mais ou menos dois metros distante do réu Lindomar; Que depois que o réu Lindomar atirou na vítima 'Totonho', o réu Jaciel efetuou um tiro; Que o tiro efetuado pelo réu Jaciel foi no rumo da vítima Valdinar, mas esse tiro não pegou em ninguém (...) Que em nenhum momento viu a vítima 'Totonho' partindo para cima dos réus Lindomar e 'Ciel', armado com um punhal tentando agredi-los" (Adão da Silva Lima, fls. 336/338)

"(...) Que quando 'Ciel' e Lindomar retornaram, ficaram em frente ao Bar do Regis, não entraram (...) Que 'Ciel' antes de chegar no terreiro da casa deu um tiro para cima, e no terreiro da casa deu o tiro em sua direção e Lindomar atirou no 'Totonho'; Que entre o tiro que o 'Ciel' efetuou em sua direção e o tiro que Lindomar efetuou em 'Totonho' não demorou nem um minuto; Que 'Totonho' antes de levar o tiro perguntou para Lindomar: 'Vocês estão doidos?', foi quando 'Ciel' disse: 'mata logo esse aí' e Lindomar pegou e atirou; Que quando chegaram 'Ciel', Lindomar e Dalvan, não foram para cima deles armados de canivete" (Valdinar José Silva Cordeiro, fls. 340/343)

Embora o réu Lindomar tente encampar a tese de que agiu em legítima defesa, enquanto o corréu Jaciel sustente insuficiência de provas para a condenação, impende destacar que é assegurado ao Tribunal do Júri o princípio da soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, "c", da CF), de modo que, se no processo existirem elementos de prova verossímeis em mais de um sentido, podem os jurados optar por qualquer um deles, uma vez que julgam por íntima convicção, só sendo possível a anulação do seu julgamento quando representar visível afronta à prova dos autos, o que, seguramente, não ocorre.

Outro não é o entendimento do STJ, consoante o seguinte aresto, *in verbis*:

"EMENTA: HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. SOBERANIA DE VEREDICTOS. VERTENTES ALTERNATIVAS DA VERDADE DOS FATOS. PROVA. INDEMONSTRAÇÃO. ORDEM DENEGADA. 1. À instituição do júri, por força do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

que dispõe o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição da República. é assegurada a soberania de seus veredictos. 2. O artigo 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal autoriza que, em sendo a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidam arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, seja o réu submetido a novo julgamento pelo Tribunal Popular. 3. Oferecidas aos jurados vertentes alternativas da verdade dos fatos, fundadas pelo conjunto da prova, mostra-se inadmissível que o Tribunal de Justiça, quer em sede de apelação, quer em sede de revisão criminal, desconstitua a opção do Tribunal do Júri - porque manifestamente contrária à prova dos autos - sufragando, para tanto, tese contrária. 4. Não basta, todavia, a evitar seja o réu submetido a novo julgamento pelo Tribunal Popular, a alegação simples da existência de vertentes alternativas da prova da verdade dos fatos, impondo-se que se a demonstre objetivamente nos autos, particularizando as provas de que exsurge a versão outra que permitiu a convicção diversa dos jurados. 5. Ordem denegada." (STJ. Sexta Turma. HC 58295/MS. Rel. Ministro Hamilton Carvalhido. Julgado em 29/04/2008)

Dessa forma, tendo o Conselho de Sentença decidido em consonância com a prova dos autos, inexistente motivo para a submissão dos acusados a novo julgamento.

Por fim, não há como conceder o pedido de liberdade provisória ao acusado Jaciel José de Lima, pois, além de o juízo *a quo* ter negado o direito de o réu recorrer em liberdade, para aplicação da lei penal, este grau de jurisdição confirma a sentença condenatória pelo crime de homicídio duplamente qualificado e por duas tentativas de homicídio qualificado, sendo inviável atender ao pleito defensivo.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de **negar provimento ao apelo**, mantendo a sentença atacada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2014.


Des. Marco Antonio Cabral Maggi
Relator



469

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001081-39.2010.8.17.0210 (0298422-9)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: LINDOMAR DE CARVALHO MORAIS

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA FONTES

VOTO

LINDOMAR DE CARVALHO MORAIS e JACIEL JOSÉ DE LIMA manifestaram inconformismo com a decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Araripina, que os condenou em razão do assassinato de Antônio José Silva Cordeiro e da tentativa de assassinato da vítima Adão da Silva Lima.

A defesa dos apelantes sustenta a tese de que a prova é manifestamente contrária a decisão dos Jurados, pelo que se impõe a anulação da decisão para a realização de novo julgamento.

Em que pese às alegações da defesa, os autos apresentam elementos que se coadunam com a decisão do Tribunal do Júri.

O fato que motivou a presente ação penal ocorreu em 04/06/2010, na Serra do Marinheiro, Araripina-PE. Segundo a denúncia ministerial, após uma briga ocorrida no "Bar do Regi", os apelantes saíram do local e voltaram armados de espingardas. Ao

chegarem, o apelante Lindomar disse: "cadê o valentão que me chutou". A vítima Antônio Cordeiro indagou aos apelantes se aquelas armas eram para atirar nele, momento em que a vítima não fatal se aproximou. Logo em seguida o apelante Lindomar disparou na direção das vítimas e o projétil atravessou a cabeça da vítima fatal e se alojou na cabeça da vítima sobrevivente.

Vejamos os seguintes depoimentos:

a) Adão da Silva Lima: (fl. 191):

"(...) Que entrou na briga para poder separar; Que as pessoas que estavam brigando eram Ciel contra Dizam, e quando foi separar a briga acabou se envolvendo; Que a vítima não estava armada; Que quem estava armado eram Lindomar e Ciel (os apelantes); Que viu na hora em que Lindomar atirou em Tontonho por três vezes; Que Lindomar deu um tiro e Ciel deu os outros dois; Que ninguém chegou a bater no Lindomar, mas este foi empurrado por Marcio; Que ao todo participaram 06 pessoas da briga, sendo Ciel, Lindomar, Humberto, Dizam, Totonho e Valdinar; Que nunca houve desentendimento entre Lindomar e a vítima (...)".

b) Erivan Antônio de Lima (fl. 193):

"(...) Que seu irmão Jaciel estava armado e Dalvan não; Que Jaciel atirou para o alto; Que viu Lindomar armado; Que Lindomar viu que Jaciel não tinha coragem de atirar e então Lindomar atirou; Que ouviu dois disparos; Que a vítima partiu para cima de Jaciel; Que não sabe dizer quantas pessoas estavam no local; Que tinha muitas pessoas tentando impedir a confusão

O depoimento da testemunha Juracy de Lima Cordeiro comprova o fato de que os apelantes foram buscar as armas em casa

após a briga no bar (fl. 195), o que evidencia que não havia agressão imediata que justificasse a legítima defesa. Ademais, a tese de legítima defesa, caso fosse acolhida pelos Jurados, é que seria totalmente contrária a prova dos autos.

Os depoimentos obtidos pela autoridade policial e durante a instrução criminal são perfeitamente compatíveis com o veredicto condenatório ora impugnado. Na hipótese destes autos o Conselho de Sentença, acolhendo uma das versões apresentadas no julgamento, concluiu que os apelantes foram os autores dos crimes.

Os Jurados optaram por uma das teses apresentadas em plenário e proferiram seu *veredicto* de acordo com aquela versão que lhes pareceu mais plausível, de modo que a alegação de que houve decisão manifestamente contrária a prova não merece ser acolhida. Sobre o assunto, é uníssono o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"EMENTA: CRIMINAL. RESP. JÚRI. CONDENAÇÃO POR HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSODEFENSIVO. PLEITO DE NOVO JULGAMENTO. CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES A RESPEITO DO CRIME. RECURSO PROVIDO.

Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos à decisão que, optando por uma das versões trazidas aos autos, não se encontra inteiramente divorciada da prova existente no processo. Precedentes. Recurso provido, para cassar o acórdão recorrido e determinar o restabelecimento da decisão proferida pelo Tribunal do Júri." (RECURSO ESPECIAL 2005/0215437-2, Relator: GILSON DIPP, Órgão Julgador: QUINTA TURMA, Data do Julgamento: 12/09/2006).

Ante o exposto, em sintonia com o pronunciamento da douda Procuradoria de Justiça, voto pelo não provimento das

apelações criminais interpostas, para que o *decisum* vergastado seja mantido integralmente.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2014


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator